

gresso Internacional de Ciências Históricas de Viena (29 de agosto-5 de setembro de 1965) (*).

O tema geral permite por em evidência a importância, a partir da época das grandes descobertas, do grande comércio por mar, cujas estruturas rapidamente tomaram uma forma internacional; de verificar também que a concorrência entre as vias marítimas e terrestres só tocaram certas ligações particulares; a regra geral era a complementaridade, sujeita às influências de ordem política, mais do que às mudanças técnicas.

A introdução do conjunto do volume é devida a J. Heers (Universidade de Caen-Ruão); o estudo do problema complexo das vias européias foi feito por H. Kellenbenz (Colônia), as relações com a África, foram tratadas por R. Mauny (Paris) e J. C. Anene (Ibadan); o problema dos transportes no desenvolvimento econômico dos Estados-Unidos por D. C. North (Washington); o tráfico no Pacífico sul-americano por A. Jara (Universidade do Chile), enfim, as relações da China com a Europa e a América, por W. E. Cheong (Hong-Kong).

Um anexo dá uma notícia dos trabalhos em elaboração, por essa Comissão, sobre a Bibliografia das Grandes Rotas marítimas e sobre a revisão do Glossário Náutico de Jal.

E. S. P.

*

* *

RODRIGUES (José Honório). — **Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-político**, Rio. Editora Civilização Brasileira, 1965. 246 págs.

Uma das mais penetrantes interpretações, panorâmicas de nossa história política acaba de nos dar o prof. José Honório Rodrigues. numa obra cuja leitura justamente apaixona menos pelo caráter polêmico e até pela própria natureza das proposições defendidas, do que pela acuidade do autor nas análises que realiza, qualidade essa já reconhecida em títulos vários de sua obra anterior. Se nos atrai este último predicado, nem por isso entretanto deixam de merecer maior reflexão os temas aqui tratados pela seriedade que encerram.

Tem por objetivo o livro uma espécie de inventário das causalidades históricas brasileiras, compreendendo seus processos evolucionários e revolucionários, equacionando suas teses e antíteses mais expressivas, apuradas desde o período colonial até a contemporaneidade, através dos motivos condutores que são apontados e estudados pelo autor.

(*) — Vide nota de E. Simões de Paula, *Algumas considerações em torno do XII Congresso Internacional de Ciências Históricas*, in "Revista de História", n.º 63, volume XXXI, julho-setembro de 1965, págs. 175-202.

Partindo sobretudo da obra de colonização portuguesa no Brasil, aponta-nos as raízes da indole e dos comportamentos individuais e coletivos, reveladores de nossas tendências transigentes e intransigentes.

Com a informação erudita, com que sempre marcou sua obra, sabendo dar força aos dados estatísticos que arrola para sua argumentação, o prof. José Honório Rodrigues critica as teses geralmente defendidas pelo que chama de "história oficial", e que seria menos oficial do que acadêmica e acomodaticia na posição descritiva que sempre assumiu através das consagradas repetições de ambição fotográfica, i. e., de simples "flashes", sem maiores reflexões ou tentativas de interpretação, numa disposição que caracterizou a quase totalidade do nosso "processo historiográfico", pelo menos até há pouco, principalmente antes dos trabalhos de propedêutica, investigação e discussão que se procedem em algumas de nossas Faculdades de Filosofia.

Nesse sentido, o que realmente temos em matéria de revisionismo, em boa parte, se circunscreve a retoques de troca-tintas mais preocupados com traços e côres, do que com a perspectiva dos quadros.

Recordando amiúde às páginas de jornalistas como Justiniano José da Rocha, Sales Tôrres Homem, Cipriano José Barata, Lopes Gamma, até contraditórios nas atitudes e campanhas que defenderam ao longo de sua carreira, mostra-nos contudo que êsses homens de imprensa sem intenção de fazer História, ou melhor de escrever História, deixaram todavia como depoimento e crítica coetâneos, algumas análises bastante válidas para a interpretação historiográfica, surpreendendo-nos apenas a ausência neste livro do nome de um dos nossos mais sérios publicistas, José Francisco Lisboa.

Na mesma linha de idéias, procura José Honório Rodrigues apontar o fio que é responsável em nosso processo histórico pelas condescendências individuais e coletivas, na liderança ou na massa, geralmente pacíficas e paliativas, harmoniosas e pusilânimes, dando bem a medida de nossa psicologia, que não conseguiu entretanto abortar as rebeliões que em busca de uma revolução social, parcial ou integral, vêm se dando ao longo dêstes quatro séculos de nossa História.

É a configuração do isolamento do Poder em relação à Sociedade, para a qual êle foi criado e existe. Entretanto, o nivelamento que o autor propõe para todos os movimentos de rebeldia, não nos parece acertado, como também carente de maior reflexão se nos afigura a irresponsabilidade total com que poupa nossa legislação eleitoral em relação ao mau funcionamento do mecanismo democrático (pág. 100), ou ainda a tolerância e compreensão do fenômeno que envolve a corrupção numa democracia (pág. 178). Para abusarmos um pouco mais desta lista de apreciações, anotaríamos também como excessivamente resumidas e por isso inaceitáveis nos têrmos apaixonadamente propostos, a defesa que faz da greve política (pág. 224) e as afirmações de que a industrialização resolve simplesmente o subdesenvolvimento, quando o próprio autor critica a mentalidade que agita tal solução independente de um conjunto de condições relevantes, tôdas passíveis de consideração (pág. 226).

O estudo da tendência do povo brasileiro à conciliação, apesar de constituir-se em tema central da obra e portanto ter merecido a maior número de reflexões, chega às vezes a provocar interrogações no leitor, como à página 122, no item 32, quando aponta como qualidade positiva desse povo, entre outras, a desaprovação da conciliação, mas isto depois de falar mais de uma vez na sua sensibilidade e reiterado espírito de tolerância. Não entendemos também por que à página 33, afirma sem maiores explicações, que só a partir de 1730, os portos do Brasil passam a servir de escala para os navios do Oriente, quando então se estabelece próspero comércio afro-asiático-brasileiro.

Em contrapartida, os termos com que analise o govêrno reformista de Vargas e a comparação dos demais períodos políticos em relação ao Império; o desequilíbrio regional; o verdadeiro alcance da revolução de 30; as mazelas do nosso ensino; o valor do voto do analfabeto, entre outros temas, todos geralmente escudados em numerosa legislação e dados estatísticos, são reveladores de sincera preocupação com a realidade nacional, que ora continua se debatendo em busca das reformas de base que a libertarão da força opressiva de um pretérito comprometido.

Uma última lição ainda nos deixa esta obra, é a do chamamento à realidade dos historiadores brasileiros, para uma conscientização da qual êle próprio, José Honório Rodrigues, é um dos altos exemplos através dos temas que de uns anos para cá tem abordado em seus estudos.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

VITA (Luís Washington). — **Alberto Sales, ideólogo da República.** São Paulo. 1965, Cia. Editôra Nacional (Coleção Brasileira, Vol. 327). 201 págs.

Já se disse que o 15 de novembro foi “um episódio pobre de movimentos, homens e idéias...”, o que considerado em relação à amorfia dos manifestos deitados pelos seus prosélitos ao caráter às vezes mais panfletário do que própria mente doutrinário do seu publicismo e ao vazio que geralmente predomina nas “falas” de muitos dos seus propagandistas, como ainda tendo em vista a distância e a generalizada indiferença popular que o movimento não consegue quebrar na maior parte do país, faz com que a afirmação acima perca sua condição de simples frase de efeito.

Tentativa que visou sobretudo a desmentir a primeira parte daquela frase foi agora realizada por Luís Washington Vita que se acrescenta com sua obra à vasta bibliografia sobre a transição dos regimes.

Desde o depoimento dos chamados “republicanos históricos”, como Rui Barbosa (**Queda do Império**) e Campos Sales (**Da propaganda à Presidência**), ou interpretações propostas por sociólogos como Oliveira Viana (**O Ocaso do Império**) e Gilberto Freire (**Ordem e Pro-**